

A mensagem que não é nova

19/1/85

por Mário Ferro

Moçambique respeita os princípios de soberania, independência e integridade territorial de todos os países, em particular dos países vizinhos. Tal facto é uma realidade que o Mundo conhece.

É uma realidade que os Governos dos países socialistas e capitalistas não escondem, pertençam ou não à OUA ou aos Não-Alinhados, pertençam ou não ao CAME ou à CEE.

Moçambique é um país africano, socialista e não-alinhado.

Prima por uma política de paz e de cooperação.

É o princípio da coexistência pacífica que norteia as suas relações com outros Estados.

Em particular, com os países vizinhos, Moçambique defende a paz, a boa vizinhança, a cooperação e a importância de juntos trabalharem para o desenvolvimento social e económico da região.

Moçambique é um país que defende o direito dos povos à liberdade e independência. É um país que condena e combate todas as formas de opressão e de exploração, venham elas de onde vierem.

Moçambique condena e combate o colonialismo, o racismo e o «apartheid».

Colonizado por uma potência europeia subdesenvolvida (Portugal), cercado por territórios que outrora foram colonizados por uma potência europeia desenvolvida (Inglaterra), Moçambique é dos moçambicanos, sejam eles quem forem, sejam eles pretos, brancos, mulatos ou indianos, sejam eles muçulmanos, ou cristãos, sejam eles de que sexo forem. Todos os mais de 12 milhões de moçambicanos têm os mesmos direitos e os mesmos deveres, conforme indica a Constituição.

Conquistada a independência nacional, uma guerra sem tréguas foi lançada contra Moçambique. Smith e o seu exército atacaram Moçambique, assassinaram, destruíram e roubaram.

Com a independência do Zimbabwe, a guerra não declarada prosseguiu contra Moçambique. O regime de Pretória assumiu a responsabilidade perante o Mundo de organizar, preparar, treinar, financiar e armar bandos armados para as suas Forças Armadas, para assassinarem, destruírem e matarem, em território moçambicano.

Porque havia uma guerra não declarada que a África do Sul movia contra Moçambique, porque a continuar essa guerra rapidamente a escalada da violência poderia tomar proporções incalculáveis, alastrando-se a toda a região, com o envolvimento de forças alheias à África Austral, Moçambique assinou o Acordo de Nkomati com a África do Sul.

Hoje, os factos são evidentes.

Não há qualquer violação da fronteira sul-africana a partir de território moçambicano; não partem de Moçambique forças não regulares ou bandos armados, incluindo mercenários, para fazer acções de desestabilização e sabotagem no interior da África do Sul; não existem em território moçambicano bases, centros de treino, locais de guarda, alojamento e trânsito; não há centros ou depósitos de armamento de qualquer tipo e nem sequer existem postos ou locais de comando, direcção e coordenação para actividades militares e outras contra a África do Sul.

Para Moçambique o Acordo de Nkomati está claro.

O Governo moçambicano tomou uma posição coerente e firme no compromisso que assumiu com o Governo da África do Sul, tudo fazendo para que o Acordo de Nkomati fosse cumprido e implementado em território nacional.

Se, para alguns, o Acordo foi um pacto com o diabo, para a grande maioria os interesses da Nação e do Povo foram colocados acima de tudo.

Dez meses depois da assinatura do Acordo de Nkomati, as pessoas interrogam-se se de facto mereceu a pena a assinatura do Acordo.

E a interrogação é legítima, porque da África do Sul, apesar das declarações formais e oficiais do seu Governo em querer defender e implementar o Acordo, continua a vir apoio para os bandos armados que actuam em Moçambique.

É certo que o Governo sul-africano poderá defender-se, dizendo que se esforça por implementar o Acordo e que não permitirá atitudes contrárias ao espírito e à letra do mesmo.

E até há outros países, africanos, europeus e árabes, que estão metidos na conspiração internacional, fornecendo apoio aos bandos armados.

Mas o Acordo de Nkomati foi assinado com a África do Sul e não com os outros países. Para estes há o respectivo tratamento, tal como aconteceu com o Malawi quando o Presidente Samora Machel manteve conversações em Blantyre, em Dezembro de 1984, com o Presidente Vitalício Hastings Kamuzu Banda, para pôr termo ao apoio aos bandos armados a partir do território malawiano.

Tal como o Governo sul-africano, não é o Governo malawiano que apoia os bandos armados. Mas há pessoas, há organizações que o fazem e cada Governo é responsável por tudo aquilo que se passa no seu território.

Mais a mais quando se estabeleceu um acordo em que se define que dois países não utilizarão o território de terceiros Estados para levar a cabo ou apoiar acções de guerra — não declarada.

Mais a mais quando dois países estabeleceram que tomarão medidas, Individual ou conjuntamente, para assegurar que a fronteira internacional entre os respectivos territórios seja efectivamente patrulhada e que os postos de fronteira funcionem com eficiência para impedir a travessia ilegal do território (Artigo 4 do Acordo de Nkomati).

Durante os últimos 10 meses, por várias vezes, assistimos a manobras clássicas para ganhar tempo à mesa das conversações, enquanto se pretende retirar os devidos efeitos psicológicos, os respectivos dividendos políticos e a força propagandística de acções militares que têm tanto de bárbaras e tenebrosas.

São esquemas tácticos de uma estratégia conspiratória que tem ramificações por vários países africanos, europeus e árabes.

Países africanos vizinhos, outros distantes, a milhares de quilómetros; países europeus que pretendem recuperar influências e privilégios coloniais perdidos com a proclamação da nossa independência; países árabes que são volúveis às intrigas e invenções de que o Islamismo em Moçambique é maltratado, espezinhado ou ofendido...

Manobras para pressionar o Governo a fazer concessões políticas — a fazer o que os conspiradores mais ambicionam: o regresso de um sistema cliente, marcado para dependência servil.

A violência é cada vez mais diabólica. Não poupa vidas de moçambicanos e estrangeiros indefesos. São assassinatos, destruições, assaltos à mão armada. São actos de sabotagem contra linhas de transporte de energia eléctrica, contra pontes e linhas férreas. Sobretudo, em zonas bem focalizadas como é o caso da cintura da cidade do Maputo, a capital.

Para Moçambique tudo está claro. Os bandidos e seus cabecilhas pretendem retirar dessas acções os devidos efeitos propagandísticos.

Mas, para já, várias certezas possuímos.

Não há e nem haverá conversações com os bandidos armados.

Não há e nem haverá conversações para se formar um dito «Governo de reconciliação nacional», sob a direcção do Presidente Samora Machel. Não há e nem haverá partido à direita ou partido à esquerda do Partido Frelimo.

Quem criou os bandidos armados tem o dever político e moral de acabar com eles.

Quem está a apoiar, a sustentar, os bandidos armados, sejam quem for, seja onde for, tem o dever político e moral de pôr termo a essa ajuda. Em nome das relações de amizade. Em nome da África. Em nome da paz, do progresso e do bem-estar dos povos.

Esta é a mensagem que fica para os senhores da conspiração contra a República Popular de Moçambique.